



GT 056. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional.

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Luis Eugenio Campos (Universidad Academia de Humanismo Cristiano) - Coordenador/a

Em anos recentes, com o avanço do agronegócio, mineração, a construção de hidrelétricas, o turismo, e outros projetos, as pressões econômicas de grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais em territórios de povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, levou governos a negar o reconhecimento de territórios de muitos coletivos que reivindicam seu reconhecimento pelo Estado. As frequentes violações de direitos por parte de grandes consórcios com respaldo do Estado levam a novas formas de mobilização política dessas populações em que suas identidades étnicas estão sendo reforçadas, e casos de etnogênese e reelaboração cultural. No Brasil, a bancada ruralista, no Congresso, e a pressão de grandes empresas, visam enfraquecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas assegurados na Constituição Federal de 1988, e mesmo revertê-los, com propostas legislativas como a PEC 215/2000. A questão do não reconhecimento é um tema de alta relevância neste momento histórico marcado por tentativas de deslegitimar reivindicações dos povos tradicionais. No Chile, o governo não apenas viola os direitos de muitos coletivos indígenas, mas reluta em não reconhecer os afrodescendentes chilenos. Na Argentina, o avanço do neo-extratativismo ameaça os direitos dos coletivos indígenas, com situações de crescente conflitividade y estigmatização, como a que atinge o povo Mapuche no sul do país. Fatos comparáveis se encontram em outros países da América Latina.

Até onde posso ir: uma etnografia de luta pela demarcação e avivenciação de marco na Terra Indígena de Mangueirinha

Autoria: Rodrigo Kavag de Souza

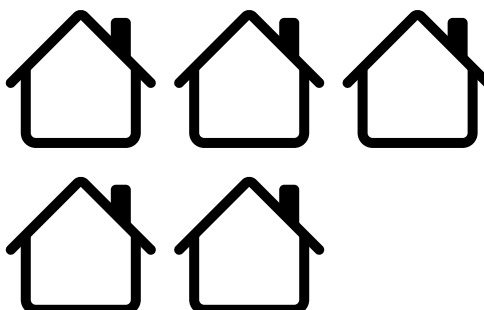
Resumo: a seguinte pesquisa etnográfica foi elaborada na Terra Indígena de Mangueirinha no Paraná, com o objetivo de analisar como vem sendo feito e preservado os marcos que estabelecem a divisa física da referida terra. Para tanto foi utilizado a observação participativa, análise bibliográfica e documental visando um entendimento mais aprofundado sobre a temática abordada. Com isso foi possível verificar que a terra indígena em questão tem uma demarcação muito antiga, e ainda não tem a avivenciação de marco concluída devido contradições de limites existente entre os vizinhos da mesma e os indígenas, e que carece de estudos futuros para ver como essa questão está sendo tratada pelo estado.



Realização:



Apoio:



Organização:

